

OLERICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS ANTE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: RESISTÊNCIA A PERPETUIDADE DO ATRASO

FAMILY OLERICULTURE IN TOCANTINS 'MIRACEMA REGION BEFORE RURAL DEVELOPMENT POLICIES: RESISTANCE TO THE PERPETUITY OF DELAY

Mariléa Borges 1
João Domingos Salvador 2

Resumo: O artigo debate a relação entre a intervenção social operacionalizada nas políticas de desenvolvimento rural na região de Miracema do Tocantins e as contradições encontradas para a objetivação dessa intervenção. Ambientado no Projeto "Inclusão Social e Produtiva no DRS Olericultura Miracema" do Programa Ñandeira, atividade de extensão do Curso de Serviço Social/UFT, se produziu um Estudo Socioeconômico e Produtivo dos Olericultores do Município de Miracema e Região, propício a retratar a realidade social da olericultura familiar cultivada nessa região, permeada pela invisibilidade dos serviços das políticas públicas de desenvolvimento com suas dificuldades e possíveis realizações. Desenvolvido numa pesquisa qualitativa, sob o método materialista crítico-dialético, o estudo chega a conclusões aproximadas de que a olericultura familiar, embora seja uma forte tendência econômica de subsistência cotidiana da população pobre da região de Miracema do Tocantins enfrenta uma complexa relação sociopolítica com o poder público para objetivar seu potencial produtivo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Olericultura familiar. Desenvolvimento rural. Agricultura familiar. Inclusão social e produtiva.

Abstract: The article discusses the relationship between the social intervention operationalized in rural development policies in the region of Miracema do Tocantins and the contradictions found for the objectification of this intervention. Set in the Project "Social and Productive Inclusion in the DRS Olericultura Miracema" of the Ñandeira Program, an extension activity of the Social Work / UFT Course, a Socioeconomic and Productive Study of the Olive Growers of the Municipality of Miracema and Region was produced, conducive to portraying the social reality of family olive growing grown in this region, permeated by the invisibility of public development policy services with their difficulties and possible achievements. Developed in a qualitative research, using the critical-dialectical materialist method, the study reaches approximate conclusions that family olive growing, although it is a strong daily subsistence economic tendency of the poor population of the Miracema do Tocantins region, faces a complex sociopolitical relationship with the family government to objectify its productive potential for development.

Keywords: Family olericulture. Rural development. Family farming. Social and productive inclusion.

Assistente Social, Mestre em Educação, Doutora em Serviço Social. 1
Docente da Graduação e Pós- graduação em Serviço Social - Mestrado em
Serviço Social da UFT. E-mail: mborges@mail.uft.edu.br

Assistente Social, Especialista em Culturas e História dos Povos 2
Indígena. Membro da AOT - Associação dos Olericultores do Município de
Miracema do Tocantins. E-mail: joaonatu@gmail.com

Introdução

A olericultura é uma prática agrícola tão antiga quanto a necessidade humana de se alimentar. Ela significa garantia de alimentação saudável para a população humana, e remete a agricultura enquanto trabalho e política social, com seus processos associativos e modo de produção. Já a olericultura familiar é o modo de produção especificamente coletivo operacionalizado em partículas familiares da sociedade, inserida na política de agricultura familiar, atores das políticas de desenvolvimento rural. Na qualidade de modo de produção a olericultura familiar aponta diretamente ao desenvolvimento rural e suas esferas produtivas, de comercialização e financeiras.

A olericultura como produção agrícola é capaz de criar desenvolvimento social e econômico nas sociedades em que é praticada, por possuir características peculiares que a diferencia da maioria das culturas. Peculiaridade, presente em pontos marcantes da produção das hortaliças, pois que se realiza num ciclo produtivo curto, na sua maioria, assim como pode também ser desenvolvida em áreas sem grande importância para agricultura industrial e de pequeno espaço (PRADO, 2012). Ademais, a maioria das hortaliças têm a capacidade de produzir alta renda bruta e líquida por unidade de área, para além de consumir muita mão de obra. Tais peculiaridades incidem diretamente na atmosfera social e econômica do olericultor e pode ocorrer tanto na agricultura de grande escala (ou industrial) como na agricultura familiar. Com toda essa singularidade de potencial prosperidade podemos considerar o olericultor como:

[...] o tipo de empresário rural que obtém os maiores lucros por unidade de área explorada em relação aos demais agricultores ou criadores. Isto porque, na maioria dos casos, o ciclo cultural das hortaliças é bem mais curto, comparando-se com as demais culturas. Como exemplo: em um ano, num mesmo terreno, pode-se utilizar para 3 culturas de tomate transplantados, ou 6 culturas de alface transplantadas ou 12 culturas de rabanete plantados diretamente. O ciclo das hortaliças normalmente é de 3 a 6 meses, com exceção do aspargo (que é perene) ou do chuchu (semi-perene). Como as áreas são menores, podemos aprimorar os tratamentos culturais que são intensivos, podendo-se utilizar a polinização manual, fumigação dos canteiros, produção de mudas em recipientes, raleamento dos frutos, adubação foliar, etc. Com isso, utiliza-se, de modo intensivo, a mão-de-obra e a terra. Pela sua alta rentabilidade física e econômica, a olericultura permite o aproveitamento de terrenos de baixa fertilidade natural, cuja utilização seria antieconômica para outras culturas (BEVILACQUA, s/d, p. 4).

Características, essas, expostas no estudo de Vilela e Henz (2000), sobre a participação das hortaliças no agronegócio brasileiro, quando eles informam um dado de arranque da economia brasileira, formado pela olericultura. Em 1998, “as frutas e hortaliças responderam por 9,4% da movimentação financeira do agronegócio, sendo o valor das hortaliças estimado em US\$ 9.750 milhões, ou seja 3,5% do PIB agrícola” (VILELA E HENZ, 2000, p.72).

De fato, quando nos debruçamos ao conhecimento da realidade da olericultura, os índices econômicos vão além do que está posto aqui. Vilela e Henz (2000) comentam que nas hortaliças tem sido vistas alta lucratividade em relação a outras culturas. Embora cercadas de uma complexidade que lhe impõe grandes desafios, tais quais a exigência de investimentos iniciais; as diferenças entre as espécies e as variações cíclicas e sazonais, essas culturas têm produzido bons lucros aos seus produtores. Quanto ao potencial de receita para o produtor, “em condições normais de mercado, as hortaliças proporcionam receitas líquidas por hectare muito superiores a qualquer outro cultivo temporário” (VILELA E HENZ, 2000, p. 74).

De maneira geral, a produção de hortaliças, segundo Coelho (2007), também causa impactos na saúde humana, na formação de hábitos e estilos alimentares, no desenvolvimento tecnológico da agricultura e na economia, com geração de trabalho e renda, além de um mercado diversificado e promissor, como é o caso dos orgânicos. Por isso ela tem sido uma cultura que se adapta aos

vários sistemas de produção, como aos desenvolvidos na agricultura familiar, como demonstram os estudos de Vilela e Henz (2000). Pois é na agricultura familiar que se vê a expansão de espaços de comercialização mais populares como as feiras livres, quitandas, mercadinho, sacolões, supermercados, e uma pequena parcela é vendida diretamente do produtor (COELHO, 2007).

Na agricultura familiar, a olericultura tem exercido o importante papel de fortalecer o desenvolvimento rural, além de promover a sustentação de milhares de famílias de pequenos e médios agricultores. E quando produzida de forma agroecológica, os impactos socioeconômicos somam-se à segurança alimentar, com a produção de alimentos saudáveis (orgânicos), livre de agrotóxicos, garantindo uma agricultura familiar sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), para um desenvolvimento rural também sustentável.

No Brasil não é recente a correspondência existente entre o Serviço Social e as políticas públicas de desenvolvimento rural, sobretudo, aquelas voltadas para a pequena agricultura. Sessenta e quatro anos se passaram desde o primeiro esforço do estado brasileiro para reconhecer o papel do serviço social nas políticas públicas destinadas aos pequenos produtores rurais, hoje denominado de agricultor (a) familiar.

A primeira previsão de criação do Serviço Social Rural ocorreu em 1948, através do Projeto de Lei Nº 84/48, de autoria do Deputado Galeno Palhanos, em pleno Governo Vargas. Embora Palhanos não tenha conseguido emplacar seu projeto, em 1955 a Lei Nº 2631 autorizou a implantação da Fundação Serviço Social Rural como órgão composto ao SESI e SENAI, subordinado ao Ministério da Agricultura. Também não descarta-se que a Lei Nº 2631/55 é manifestação dos setores públicos interessados em minimizar os impactos da questão social que minavam a sociedade naquele momento já de implantação da industrialização capitalista no país, com graves rebatimentos entre as populações rurais e, “em face do desenvolvimento das crises sociais e econômicas que se avolumavam em diversas regiões do país” (RAPOSO, 1960, p. 18).

Naquele contexto, os sujeitos que agenciavam a inserção do serviço social no mundo rural, chegaram a propor a criação do SESA – o Serviço Social da Agricultura, em março de 1951. Ademais, oficializada com a incumbência de instalar a assistência social como atenuante das manifestações sociais da questão agrária. E, também, de propor a instalação do “bem-estar rural” (Raposo, 1960); a Lei Nº 2631 não deixou de ser uma resposta às pressões ideopolíticas do movimento de organização dos trabalhadores rurais, na época representada pelas Ligas Camponesas, pela União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Movimento este que apontava as contradições sociais postas nas relações que se estabeleciam entre a classe ruralista e, politicamente dominante na época, e os trabalhadores rurais e pequenos agricultores, recaindo na formação da conhecida questão social e questão agrária brasileira das décadas de 50 e 60.

Sem dúvidas, essas primícias históricas do reconhecimento da atuação do serviço social no mundo rural reforçam que, como todas as políticas sociais, as políticas de desenvolvimento rural também nasceram das pressões das populações atingidas pela questão social rural dirigidas ao estado e mediadas pela interlocução entre o serviço social e as políticas sociais. No tocante aos movimentos sociais rurais, as reivindicações têm mostrado que as populações rurais, ao vivenciarem a questão agrária, experimentam uma face da questão social, haja vista que a busca por legitimidade política da massa excluída no campo obriga o estado a “fornecer um fluxo de bens e serviços necessária a sobrevivência dos subalternos” (YAZBEK, 2007, p.42). E nesse movimento contraditório, das décadas de 50/60 até hoje as políticas sociais vão se estabelecendo de forma desigual, se ajustando aos contextos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em que são demandadas e implementadas, impondo uma realidade de grandes complexidades requerentes de inúmeras mediações para se chegar a objetivar a potencialidade de desenvolvimento, como é o caso da olericultura familiar própria da região de Miracema do Tocantins.

Em Miracema do Tocantins, o marco inicial para se conhecer as políticas de desenvolvimento rural e seus passos operacionais acontece somente com a instalação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT/Campus de Miracema; e do trabalho de extensão do Programa Nãndeiara, iniciado no ano de 2008.

Ao instalar um campus universitário, Miracema e suas localidades adjacentes, enquanto municípios eminentemente rurais, tornaram-se lócus privilegiados de pesquisa e extensão dos

cursos de graduação do Campus de Miracema. E, à primeira vista, observamos que o município empreende cotidianamente a produção do cultivo das olericulturas da região. É notório encontrarmos na zona rural e nas zonas urbanas e periurbanas, famílias que cultivam e comercializam olerícolas, fato comprovante da tendência produtiva agrícola do município e seus adjacentes.

A descoberta dos olericultores de Miracema ofereceu objeto de extensão universitária para o Curso de Serviço Social, cujo trabalho de extensão tem como objetivo a inclusão social e produtiva dos olericultores de Miracema e região através da implementação de ações de fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento rural, local e sustentável, capazes de apresentar contribuições à reflexão sobre o desenvolvimento da região, com o envolvimento de centenas de famílias de olericultores familiares.

Contribuições, refletidas neste artigo, como dados colhidos e sistematizados sobre rigoroso procedimento metodológico, atravessando passos dinamizados pela totalidade dos movimentos da realidade social estudada e entrevista, indo do conhecimento da realidade social até a compilação dos elementos exteriorizados no fluxo próprio da democracia participativa ordenada pela ação-sujeito-reflexão impressa no cotidiano da ação socioeducativa realizada com os olericultores em pauta. Com efeito, apresentamos aqui apenas uma parte do trabalho de extensão, realizado no Programa Ñandeiaira, expresso num texto ilustrativo da práxis desenvolvida com os olericultores familiares de Miracema, Lajeado e Tocantínia.

O Município de Miracema e sua Região

Alheios aos componentes que designam a modernidade própria das cidades Miracema, Lajeado, Tocantínia e todos os municípios que compõem esta pequena região do centro do estado do Tocantins, expressam um cenário marcadamente rural¹. Muito verde, estradas não pavimentadas, pontes antigas de madeira, ribeirões cortando todos os territórios e, especialmente, a subsistência de suas populações vem da agricultura e pecuária, cuja produção familiar, ainda tradicional e incipiente, não cobre as necessidades locais, assim como não conta com as principais políticas públicas de desenvolvimento rural, principalmente as de fortalecimento da agricultura familiar.

Miracema do Tocantins, Lajeado e Tocantínia, situados na região central do Cerrado Tocantinense são municípios de ambientação rural, embora possuam um centro urbano onde se mantem a maioria dos seus equipamentos públicos, sociais e econômicos. Miracema conta com uma população de 20.692 habitantes e densidade demográfica de 7,79 hab./Km², sendo 17.945 habitantes na área urbana, para apenas 2.747 habitantes rurais (Censo, 2010). A maior parte da sua área territorial de 2.656 km² de extensão forma a grande área rural do município, representada pelos imensos e fracos estabelecimentos agropecuários, forte atividade econômica da região.

Na ordem administrativa do Estado, o Município de Miracema do Tocantins é tratado como um Polo Regional que aglutina a gerência dos serviços públicos direcionados aos oito municípios circunvizinhos. Entre eles estão os seus vizinhos Lajeado e Tocantínia, beneficiários do Programa Ñandeiaira. Com paisagem e aspectos socioeconômicos muito parecidos, esses três municípios se distinguem apenas pelo seu tamanho e acesso aos principais serviços públicos que se encontram apenas em Miracema. Em Miracema estão o Hospital Regional, a sede da Previdência Social, da Delegacia Estadual de Polícia, o Quartel da Polícia Militar, do Ministério Público e da Defensoria Pública, Segurança Pública e do DETRAN, a Diretoria Regional da Secretaria de Educação do Estado e os bancos públicos – Banco do Brasil, BASA e Caixa econômica Federal e os privados – Bradesco; para além dos sindicatos e do Campus Universitário público-federal, hoje com os cursos de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Educação Física.

Quando visitamos o site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (s/d), lá encontramos um cenário de Miracema do Tocantins e dos três municípios participantes do Programa Ñandeiaira, com dados coletados entre os anos 2000 e 2010, onde se observa claramente as similaridades entre eles.

O perfil demográfico dos três municípios, distingue Miracema de Lajeado e Tocantínia pelo

¹ Favareto (2006, p. 103), apoiado em Abramovay (2003), destaca que a ruralidade se define articulada em três dimensões: “a proximidade com a natureza, a ligação com as cidades, e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações”.

fato da sua população ter crescido de forma desigual da dos seus vizinhos. Nesse movimento, população urbana de Tocantínia diminuiu, enquanto em Miracema e Lajeado esse contingente fez um crescimento. Já a população de idosos aumentou nos três logradouros, diferentemente do número de crianças e adolescentes e de adultos, que aumentou em Lajeado e Tocantínia, mas diminuiu em Miracema.

No perfil social, destacamos dos municípios apenas o nível de pobreza e os aspectos econômicos, que apresentam situações com indeléveis diferenças. Tanto em Miracema, Lajeado e Tocantínia a sociedade vive em níveis de pobreza altíssimos e ambos, com maior intensidade na zona rural, para além de visível alta taxa de analfabetismo e desemprego na zona urbana. Já no aspecto econômico, destaca o MDS, que os setores produtivos mais evidenciados são a indústria (embora na região não haja indústria), a administração/serviços, seguidos da agropecuária. Em relação ao mercado de trabalho nota-se que ambos os municípios têm seu maior empregador a administração pública/serviços, seguido do comércio e por fim a agropecuária.

Vale ressaltar que, não obstante Miracema concentre o polo dos serviços públicos para sua região, esse não tem apresentado recursos suficientes para atender as demandas sociais e populacionais da região. O mesmo acontece com os serviços privados. O resultado disso é uma realidade social carente de recursos e equipamentos sociais de atendimento às necessidades básicas da população. Entre os que faltam estão transporte, habitação digna, urbanização e saneamento básico, unidades de saúde, assistência social, assim como um mercado capaz de dinamizar as operações de trabalho e geração de renda. E, particularmente na zona rural, além de todos esses serviços, falta para os grupos produtivos familiares – assentados e pequenos produtores tradicionais, toda a infraestrutura necessária ao processo produtivo agropecuário.

É nesse contexto que a olericultura familiar aparece carregada de contradições, como forte espaço de trabalho e geração de renda para a maioria da população socialmente vulnerável desse território social. É a produção de olerícolas que tem garantido a renda de aproximadamente mil famílias, moradoras das zonas rurais e urbanas na defesa da satisfação do mínimo básico das necessidades sociais vitais.

A Realidade Social de Miracema do Tocantins Evidenciada no Estudo Socioeconômico e Produtivo dos Olericultores do Município de Miracema e Região

O “Estudo Socioeconômico e Produtivo dos Olericultores de Miracema e Região” é uma produção do Programa Nãndeiara, ação de extensão da UFT, em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Desenvolvimento Social – GEPEDS.

Produzido em meio à caminhada de extensão que o curso de serviço social vem realizando com os olericultores de Miracema e Região a caminhada científica em busca do conhecimento que se pretende descortinar sobre a realidade social aparente que envolve os olericultores familiares dos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado e Tocantínia. O estudo é apenas um passo de um percurso teórico e metodológico realizado entre os anos de 2007 a 2014 durante as atividades de extensão do Programa Nãndeiara, notadamente voltadas para a intervenção social nas situações de vulnerabilidade existentes no interior das sociedades que se encontram no seu âmbito atuação.

Identificado como um diagnóstico situacional de uma categoria de trabalhadores da agricultura nos meios rurais, periurbanos e urbanos. Agricultores que se encontram na invisibilidade dos serviços das políticas públicas de desenvolvimento rural, local e sustentável e, também, de desenvolvimento social, efusivamente divulgadas, implantadas, mas nem sempre materializadas, ou melhor, efetivamente implementadas pelo Estado, mas não alcançadas pelos beneficiários, o presente estudo foi todo produzido no cotidiano das atividades de intervenção operacionalizadas no Projeto “Inclusão social e produtiva no DRS Olericultura Miracema” do Programa Nãndeiara.

A Agricultura Familiar como Marco Teórico

Conhecer as condições socioeconômicas e produtivas dos olericultores familiares de Miracema do Tocantins, Lajeado e Tocantínia exige, a priori, a compreensão do que seja a

Olericultura Familiar, enquanto o trabalho produtivo desses olericultores. E Inclusão Socioprodutiva, enquanto uma condição de cidadania que esses sujeitos tendem a vivenciar nos processos de desenvolvimento rural, local e sustentável.

A olericultura é uma prática agrícola, de cultivo de hortaliças para consumo na alimentação humana. Seu surgimento na Amazônia remonta ao veemente desenvolvimento capitalista implementado nessa região. Impulsionada pela chegada dos japoneses (a partir de 1929), quando trouxeram a técnica e o hábito de se alimentar de hortaliças, a olericultura se consolidou com a construção dos núcleos populacionais agropecuários, madeireiros e de mineração que se formaram em torno dos grandes projetos da Amazônia, e que, automaticamente exigiram o consumo e cultivo de hortaliças (PIMENTEL, 1985).

Com clima e solo propícios para o cultivo da olericultura, a região amazônica tem feito cultivo de olerículas em três formas: a horta comercial, a horta experimental e a horta caseira ou familiar, também comunitária. As hortas do tipo comerciais são empresas capitalistas que empregam trabalhadores assalariados qualificados que produzem mais-valia e usam equipamentos de tecnologia sofisticada cuja finalidade é a comercialização e obtenção de lucro.

As experimentais são espaços de estudos e pesquisas sobre as hortaliças, que se encontram nos órgãos de pesquisa, públicos ou privados. Já as hortas do tipo familiar:

Caracterizam-se pelo cultivo de grande variedade de hortaliças (aquelas mais apreciadas pela família) em áreas reduzidas, entretanto com poucos pés de cada espécie. Nessa modalidade de olericultura a mão-de-obra é familiar e geralmente desconhecedora de técnicas especializadas de cultivo. Embora não vise obter lucro com o comércio, este tipo de horta concorre, sobremaneira, para diminuir os custos de alimentação da família (PIMENTEL, 1985, p. 5).

São essas hortas que predominam na paisagem de Miracema, Lajeado e Tocantínia, como atividade produtiva da maioria das famílias vulneráveis e pauperizadas, da zona rural, periurbana e urbana dos três municípios, que cultivam a olericultura familiar como alternativa de geração de trabalho e renda. Trabalho produtivo agrícola de base familiar, a olericultura familiar sintetiza um processo de produção porque se funda no trabalho², na propriedade e na família, construindo, assim, a sociabilidade dos seus sujeitos.

Explicada sob o prisma ontológico, à luz da teoria social crítica, de tradição marxista, a olericultura se caracteriza como um processo de trabalho (MARX, 1983). Processo esse que transforma um objeto determinado, a terra, se utilizando de instrumentos de trabalho, na produção de um produto determinado com valor de uso, a hortaliça, para satisfazer as necessidades naturais, não apenas de alimentação, mas, sobretudo, renda e subsistência de ordem material e social de seus sujeitos³, formatando a sociabilidade e tornando existente o ser social (LESSA, 2007).

Sob essa perspectiva, a olericultura familiar cria uma categoria de trabalhadores da agricultura, da agricultura familiar. Essa compreendida como um modo de produção articulada por um processo de trabalho administrado e exercido pela própria família. E que dá aos seus sujeitos o estatuto de ser social, aquele capaz de objetivar sua realidade e construir, na práxis, a sua sociabilidade, quando dispõe de determinações estruturais que o tornam objetivamente humano (PAULO NETTO, 2006; LESSA, 2007).

Assim, o olericultor familiar pode ser considerado um ser social pronto para vivenciar sua inclusão socioprodutiva no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural enquanto locus de autonomia e cidadania. Entendendo-se a inclusão socioprodutiva como uma categoria

² Em Lessa (2007, p.132) "A definição de Marx é inequívoca. O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza".

³ "A concepção materialista da História parte do princípio de que a produção e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base de toda ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social em classes ou estamentos, se orienta pelo que se produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido". (ENGELS, 1964, p. 264 citado por HARNECKER, 1983, p.31).

intersetorial de intervenção da política de desenvolvimento rural, dirigida para os agricultores em situação de vulnerabilidade social com vistas a conduzi-los à autossuficiência, com plena vivência da autonomia e cidadania. Ademais, a inclusão socioproductiva do olericultor familiar se configura como a situação de conquista de autonomia e cidadania objetivada tanto pelo beneficiário das políticas públicas desenvolvimento rural, local e sustentável, como pelo Estado, o provedor dessas políticas enquanto direitos de cidadania dos seus beneficiários, promotores de bem-estar e/ou justiça social, conforme constam nas propagandas oficiais dos governos.

Esse caráter de conquista de cidadania (SALVADOR, 2011), enquanto autonomia econômica, política e intelectual é que dá a inclusão socioproductiva o status de categoria operacional, hábil para promover a autoridade dos olericultores familiares, com vivência da autogestão, da articulação em rede, de aprimoramento do potencial produtivo, de produção de renda e trabalho, sempre através da democratização do acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural, local e sustentável e do desenvolvimento social. Todavia, todas essas qualidades da inclusão social e produtiva não se tornam eficientes enquanto não contam com a participação ativa e concreta dos atores institucionais responsáveis pelo desenvolvimento regional e/ou rural do distinto território.

Procedimentos Metodológicos

O “Estudo Socioeconômico e Produtivo dos Olericultores de Miracema e Região” fez um percurso metodológico próprio de uma pesquisa qualitativa. Um diagnóstico situacional expresso pela interpretação dos dados colhidos no âmbito do processo operacional do Projeto Inclusão Social e Produtiva no DRS Olericultura Miracema, privilegiando nesse processo, a fala dos olericultores.

Orientado pelo método materialista crítico-dialético, teve como universo quatro Projetos de Assentamentos e quatro comunidades de Agricultores Familiares de Miracema do Tocantins; duas Comunidades de Agricultores Familiares de Lajeado e quatro projetos de Assentamentos e seis comunidades de Agricultores Familiares de Tocantínia, todos representados por suas associações⁴. Retirada desse universo uma amostra de 30% dos beneficiários do Projeto de Extensão foi definida por sua participação ativa nas atividades.

Construídas de forma coletiva, com a participação dos olericultores e dos parceiros do Projeto⁵, as ações desenvolvidas foram delineadas no Plano de Trabalho do Projeto. São elas: capacitação e organização dos olericultores; aumento da produção olerícola; aumento da produtividade; erradicação do analfabetismo; bancarização dos produtores; preservação do meio ambiente; inclusão social; instalação de infraestrutura e comercialização. A cada ação foram definidas respectivas atividades, notadamente executadas pelo parceiro responsável. Para a capacitação e organização dos olericultores foram realizados os cursos de Associativismo, Cooperativismo e de Olericultura Agroecológica; Palestras de Agroecologia na Olericultura; Treinamento e Produção Agroecológica; Intercâmbios entre produtores; cursos de Produção e Comercialização; expansão das associações. Atividades essas executadas sob a responsabilidade da UFT, RURALTINS, COOPTER, SEAGRO, ADAPEC e SENAR, parceiros presentes no cotidiano do trabalho da extensão.

A ação de aumento da produção olerícola foi realizado através das atividades de identificação da aptidão local para a produção de olerícolas; do aumento da área plantada; e da assistência técnica aos olericultores. Os parceiros responsáveis por essa ação e suas atividades foram a RURALTINS e a COOPTER. Para aumentar a produtividade foram definidas as atividades de utilização de novas variedades; a utilização de novas tecnologias para a produção; aquisição de esterco animal. Atividades realizadas sob a responsabilidade da UNITINS AGRO e do Sindicato

4 Associações parceiras e beneficiárias do Projeto DRS; Olericultura: Associação PA Brejinho; Associação PA Universo; Associação PA Vitória; Associação Bacia do Tucum de Tocantínia; Associação Comunitária dos Moradores da Vila Jacó; Associação Indígena Sakrẽpra – Funil, Associação Ktẽpo; Associação Indígena Akwẽ; Povoado Chato; Associação dos Pequenos Agricultores do Vão do Lajeado.

5 Os Parceiros do Projeto DRS Olericultura: UFT – Universidade Federal do Tocantins; BB – Banco do Brasil; RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins; SANEATINS – Companhia de Saneamento do Tocantins; UNITINS AGRO – Universidade do Tocantins/Central de Pesquisa Agroambiental; COOPTER – Cooperativa de Trabalho Prestação de Serviços Assistência Técnica e Extensão Rural; SEAGRO – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura; ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miracema; PMM – Prefeitura Municipal de Miracema; PML – Prefeitura Municipal de Lajeado; Prefeitura de Tocantínia.

dos Trabalhadores Rurais de Miracema com o apoio das Prefeituras Municipais. As atividades de erradicação do analfabetismo foram desenvolvidas pela UFT e Prefeituras Municipais com as atividades de criação das turmas de alfabetização e acompanhamento das turmas em exercício. A bancarização dos produtores ficou sob a responsabilidade do Banco do Brasil. Nessa ação foram realizadas atividades de abertura de contas e cadastros dos olericultores no Banco do Brasil; análises de propostas e financiamentos de custeios/investimentos; elaboração de propostas para custeios/investimentos; financiamento e concessão de créditos para aquisição de insumos e materiais necessários a produção. Para preservação do meio ambiente foram definidas como atividades as campanhas de revitalização de nascentes de rios e riachos e o manejo e recuperação de APP's e ARL'S. Ação desenvolvida sob a responsabilidade do RURALTINS, SEAGRO e COOPTER. A execução da Inclusão Social ficou sob a responsabilidade de UFT, que desenvolveu a sistematização do atendimento médico e odontológico nas comunidades envolvidas pelo projeto de extensão. A instalação de infraestrutura foi uma ação desenvolvida pelas Prefeituras Municipais, Banco do Brasil e SANEATINS, cujas atividades ficaram em torno da eletrificação rural e concessão/aluguel de veículos para transportar insumos e escoar a produção. E como última ação foi definida a comercialização. Sob a responsabilidade do RURALTINS, Prefeituras Municipais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miracema, Associação dos Olericultores, as atividades desenvolvidas executaram a firmação de contrato para a Compra Direta; criar e revitalizar as feiras locais; compra de verduras e hortaliças para uso na merenda escolar.

No cotidiano da execução das ações e suas atividades, o estudo se desenvolveu sob o instrumental técnico da observação participante e das notas de campo, para além dos relatórios de atividades, priorizando, como dados para estudo, as expressões e representações dos olericultores familiares, faladas durante as reuniões, visitas técnicas, seminários e oficinas socioeducativas realizadas e anotadas no cotidiano do Projeto de extensão, que aparecem com nomes fictícios como forma de preservação de suas identidades, cujos resultados apresentamos em seguida.

A Olericultura Familiar em Miracema do Tocantins e Região

A olericultura é o cartão postal dessa região de Miracema (Zé Grandão, Olericultor)

A Formação Familiar

Nós faz a olericultura como uma coisa que já vem de pai para filho (Biriba, Olericultor).

Eu me criei na horta, trabalhando com minha mãe. Hoje é disso que eu vivo, junto com meus filhos (Duda, Olericultora).

Radicados na zona rural, urbana e periurbana os olericultores familiares estão constituídos em famílias nucleares, a maioria formada por seis membros: pai, mãe e, no mínimo três filhos. Com idade entre 10 a 20 anos de formadas, cujos responsáveis se encontram na faixa etária de 26 a 40 anos de idade, eles formam famílias com força de trabalho ativa para produção. A grande maioria das famílias conta apenas com o trabalho das suas crianças e adolescentes, que se dividem entre o horário da escola e a olericultura dos pais, porque os filhos com mais de dezoito anos, na maioria já formou sua própria família e, normalmente, preferem criar seu próprio espaço de trabalho, notadamente sua horta. Oriundas da zona rural, essas famílias trabalham na olericultura também por força da tradição familiar, haja vista que, independentemente se estão radicados na área urbana, periurbana ou rural, os olericultores familiares têm uma história construída no trabalho agrícola, normalmente iniciado na fazenda de terceiros, cujo pai foi empregado.

A Sociabilidade

Extremamente complexa é a sociabilidade do olericultor familiar da região de Miracema do Tocantins. Homem simples que vive um “cotidiano, cuja existência é atravessada por mecanismos de dominação e alienação que distorcem sua compreensão da história e do próprio destino” (MARTINS, 2010, p.9), vivencia uma sociabilidade que se constrói no processo de reprodução das relações sociais de produção e estabelecida por um conjunto de comportamentos. “Ela acolhe em si um número crescente de conteúdos puramente sociais” (LESSA, 2007, p. 30), num emaranhado de relações com que o ser social cria sua realidade social para nela se desenvolver e se fazer sujeito da sua história.

Para os nossos oleicultores a sua sociabilidade não é compreendida em sua natureza ontológica de condição social criada pelo próprio sujeito que, enquanto ser social, constrói através do seu processo de trabalho, suas relações sociais e modos de viver. E, diante da não compreensão da essência e da aparência, esse sujeito apenas sente, através do peso das condições objetivas que as suas condições de trabalho e necessidades básicas não estão satisfeitas; porém sem conseguir indicar os caminhos da superação. A pobreza parece ser algo externo ao sujeito.

Nós adora trabalhar na horta. A horta é a minha vida. É daqui que nós tira o sustento da nossa família. Aqui a gente acorda bem cedo e vai pra horta, fica lá até às dez e meia, se arruma pra almoçar. A gente almoça às onze horas, dá um soninho depois do almoço, uma hora as crianças vão pra escola e a gente vai cuidar da casa. Às quatro horas nós volta pra horta. É hora de plantar e cuidar de tudo de novo. Depois vem a janta e no outro dia começa tudo de novo (Marita e Betinho, Olericultores).

Aparentemente simples, a sociabilidade desses olericultores está edificada num cotidiano formado por uma rotina “inalterável” de muito trabalho, sem o questionamento de que sua vida está carente de apoios institucionais e excluída do mercado. Sem a compreensão de que é um ser social, fazem representações que não alcançam a totalidade da sua realidade.

Em condições de moradia precária, esses olericultores habitam em casas de alvenaria com cinco compartimentos: uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro; isso independentemente do número de componentes familiares. Também é muito comum haver, fora da casa, um ambiente construído de madeira rústica e coberto de palha, com um fogão à lenha, onde a família normalmente reúne para fazer as refeições, receber amigos e relaxar. Vale ressaltar que essa casa não tem pintura, paredes sem reboco, nem acabamento adequado as ideais condições de saúde e moradia humana. É como se vivessem num eterno improviso.

No interior da maioria das casas, organizada, também, com muito improviso e utensílios desgastados pelo tempo, presenciamos o uso de alguns bens de consumo duráveis. Geladeira e televisão são os mais comuns. Também algumas famílias possuem motocicletas, que servem para agregar valor ao trabalho. Nenhuma possui freezer, automóvel, computador ou outros bens com capacidade de potencializar o valor da sua produção. Paralela a essa vivência pauperizada está o desconhecimento dos processos de desenvolvimento social. Desconhecem seus direitos porque também não conhecem as políticas públicas que lhes dizem respeito. Distante do Estado, esses olericultores também não relatam seu acesso ao mercado, permanecendo, conduzidos pela pobreza, exclusão e alienação, as marcas da sua sociabilidade.

A Escolaridade e Seguridade Social

A maior parte de nós não tem estudo. Quase todo mundo não sabe ler. Escreve pouquinho. Não tem tempo pra estudar. O trabalho da roça não deixa. O estudo é difícil, embaralha a cabeça da gente e toma muito tempo. Tem uns que têm a cabeça boa pra estudar, mas tem problema de vista e não tem óculos e não tem recursos. O estudo fica pras crianças; elas têm escola, professor e disposição (Curica, Olericultor).

Uma das fragilidades dos olericultores da região de Miracema está na sua baixíssima escolaridade. Sem experiência de leitura e escrita esses sujeitos enfrentam grande dificuldade para pensar, compreender e falar sobre sua realidade social. O exercício da reflexão é algo estranho e aparentemente inexistente. Embora viventes numa região que possui um sistema educacional público aparentemente suficiente para atender a demanda educacional. Com vagas, professores e salas de aula capazes para atendimento no ensino fundamental e médio. Todavia, essa população se depara com uma realidade de escolas esclarecidamente deficitárias de recursos educacionais e investimento público.

Desnecessário dizer a penúria em que se encontram essas escolas, onde a falta de equipamentos e material de consumo adequado e necessário, se combinam com a carência de servidores e educadores e o mísero salário destes. Isso sem contar com o baixíssimo grau de instrução e capacitação dos que exercem a função de educadores. (SALVADOR, 2011, p.123).

Marcados pelo intenso trabalho e descaso com a educação enquanto direito social básico e sem um projeto educativo capaz de lhes capacitar, desenvolver sua sociabilidade, estimular o autoconhecimento e expandir suas potencialidades para assumir o lugar de sujeitos ativos no processo de conhecimento e transformação de sua realidade, os olericultores entendem a escolaridade como uma utopia. E reflexos dessa situação encontram-se nas condições de seguridade social vivenciada.

A gente não tem ajuda; é fraco de recurso. Não temo nada, pouquinho gente tem bolsa família; é muito sem aposentadoria, é um ou outro que tem um empreguinho para ajudar na renda da horta, quando aparece pra fazer colheita de abacaxi, roço de pasto, uma cerca. (Santinho, Olericultor).

Sem serviço de saúde condizente. Sem rede socioassistencial, o SUS e o SUAS não são devidamente conhecidos nem reconhecidos pelos olericultores. A previdência social fica no mesmo patamar. Altíssimo é o número de famílias que possuem idosos sem aposentadoria, nem o Benefício de Prestação Continuada a que têm direito. Centenas de famílias não recebem a renda do Programa Bolsa Família, embora atendam os critérios de vulnerabilidade social. E sem escolaridade suficiente para conhecer esses direitos e reivindicá-los tal realidade de dificuldades se perpetua.

O Ambiente de Trabalho

O trabalho na horta é pesado. Cansa muito. Nós trabalha com enxada, enxadão, pá, cavadeira, carrinho de mão. Faz cerca, levanta horta, cobertura. Mexe na terra; planta. Faz muita força. Mas é tudo em família, com os filhos ajudando e marido, também. Cada um faz sua parte. Ah, sem minha família não fazia nada. (Gracinha, Olericultora)

O ambiente de trabalho é um indicador de saúde e bem-estar para o trabalhador. No caso desses olericultores, eles têm experimentado os dois aspectos fundamentais no seu ambiente de trabalho: as condições subjetivas e objetivas. Subjetivamente, o trabalho familiar na medida em que é realizado com entes queridos, animado pelas forças afetivas, pode ser vivenciado como fonte de prazer. Todavia, eminentemente individual, onde cada família faz o "seu"; o trabalho torna-se uma forma de enfraquecimento das forças sociais e políticas, coletivas, necessárias à emancipação.

Objetivamente, o primeiro impacto do ambiente de trabalho está na saúde do trabalhador. No caso dos olericultores de Miracema e região é visível casos de doenças, sem o necessário tratamento. Tem muita gente na horta com problema de doença. "O que mais tem é problema de coluna, também tem reumatismo e de vista" (Juca, Olericultor). Depois, há a exigência de conhecimento técnico específico de olericultura, como reflete o olericultor.

Aqui nessa região de Miracema ... Lajeado ... Tocantínia, eu digo que o pessoal que vive da olericultura, de produzir em horta só vive pra trabalhar, mais nada. Não tem nada, nenhum incentivo. Ouvi dizer que tem projetos para o olericultor, mas nunca veio um técnico aqui dar nenhuma assistência, nem oferecer um empréstimo pra gente (Dodô, Olericultor).

Sem o conhecimento exclusivo e sem a assistência técnica necessária, um dos resultados está na qualidade das hortaliças cultivadas, que não obtêm bom conceito no mercado, além do fracasso da comercialização, tão presente no cotidiano desses agricultores.

O Modo de Produção: Processo de Trabalho, Relações de Produção, O Produto do Trabalho e a Comercialização

Na olericultura familiar a gente produz hortaliças para alimentação das pessoas, em regime familiar, com muitos implementos agrícolas para preparar a terra, fazer adubação e fazer o plantio, para depois vender (Quincas, Olericultor)

O Processo de trabalho da olericultura é constituído por quatro fases: o planejamento da horta e suas fases de escolha do terreno, locação das partes integrantes da horta e preparo do terreno; a construção de sementeiras, viveiros e canteiros; a aplicação de corretivos e adubos; a obtenção, preparo e conservação das sementes e, finalmente, as operações culturais, com suas fases de semeio, repicagem, transplantio, cobertura, monda, desbaste, cobertura morta, capina, despona, poda, capação e tutoramento (PIMENTEL, 1985). Processo efetivado através do uso da força de trabalho, dos meios e instrumentos de trabalho e apresenta um produto do trabalho: a hortaliça.

Considerando que o processo de trabalho é a produção do produto do trabalho; configurado no movimento de transformação de um objeto em um produto, com a utilização dos meios e instrumentos de trabalho e a força do trabalho (HARNECKER, 1983), fica pautado que a olericultura atende a todos os critérios do processo de trabalho. Na olericultura o olericultor é o elemento mais importante do processo de trabalho (PAULO NETTO; BRAZ, 2006). Enquanto força de trabalho é ele que põe em movimento a terra, meio de trabalho e os implementos agrícolas, instrumentos do trabalho. Todavia esse esforço não é feito solitariamente; é preciso engendrar as relações de produção.

A olericultura familiar, enquanto categoria da agricultura familiar segue as relações vivenciadas nesse processo produtivo. Orientada para a satisfação das necessidades e da reprodução, as relações de produção são efetivadas com base no bem-estar da família, colocando em segundo plano o interesse pela lucratividade advinda do processo produtivo. Todavia essas relações são técnicas e sociais. Técnicas porque a olericultura familiar se configura num processo cooperativo, permeado por uma clara unidade e harmonia entre as atividades orquestradas pelo grupo familiar. E sociais porque são relações construídas entre os sujeitos do trabalho, em forma de colaboração recíproca (HARNECKER, 1983). Assim, na olericultura familiar as relações de produção configuram os processos de gestão, trabalho e direção operacionalizados diretamente pela família.

A olericultura produz olerículas, hortaliças classificadas em: raízes tuberosas; tubérculos; rizomas; folhas e frutos (PIMENTEL, 1985). Na região de Miracema do Tocantins, os olericultores familiares não produzem todas as espécies de hortaliças, seja motivado pela cultura alimentar da região, pelo clima muito quente, com períodos de seca, ou seja, pelo tipo de solo predominante: ácido e com textura média e argilosa (PIMENTEL, 1985), para além da falta de condições objetivas que permeia sua realidade. O que mais produzem são as folhosas e hortaliças de frutos, próprias para condimento e poucas tuberosas.

Entre as folhosas são produzidos alface, couve, coentro e cebolinha; rúcula, agrião e almeirão. Das hortaliças de frutos são cultivados maracujá, melancia, mamão, abóbora, maxixe e quiabo. A macaxeira e a batata doce são plantadas entre as tuberosas.

Muito mais para atender as limitações do processo de produção, marcado pela falta de insumos e implementos agrícolas do que para atender as exigências do mercado, a produção de hortaliças na região de Miracema do Tocantins tem atingido os patamares de uma tonelada por

semana, muito pouco para um mercado que absolve semanalmente, para comercialização, a média de doze toneladas, conforme informam os técnicos do RURALTINS.

“Nós vende muito em casa e na feira, só”. (Salu, Olericultora). Na região de Miracema do Tocantins as olerículas são comercializadas sempre in natura, pois não existe nenhum tipo de beneficiamento processado para esse produto, nem recurso para o beneficiamento. Porém, a comercialização ocorre durante o decorrer do ano, sem períodos especiais, como venda estabelecida na porta da casa, todos os dias e nas feiras livres, duas vezes por semana, embora a região tenha um mercado que se faz nos estabelecimentos de comércio alimentício significativo, haja vista que esses estabelecimentos comprem em média doze toneladas por semana de olerículas cultivadas e comercializadas em estados vizinhos, sobretudo em Goiás, notadamente com qualidade superior as produzidas na região.

Cumprindo os preços colocados pelo mercado, embora definidos de forma aleatória pelo olericultor, estes expressam uma clara preocupação de manter uma conformidade nos preços de comercialização. Dessa forma a comercialização envolve apenas dois sujeitos: o olericultor, produtor e o comprador, consumidor. Na olericultura familiar não existe o atravessador de mercadorias. Todo o processo de comercialização é agenciado pelo olericultor, com a produção de uma renda mensal que se resume em um salário mínimo, em média, com poucas famílias faturando em torno de CR\$ 1.100,00 mensais. Considerando o elenco de necessidades básicas que possui uma família de, em média seis pessoas, caso dos oleicultores da região de Miracema do Tocantins. E que a materialidade dessas necessidades exige uma soma de gastos que ultrapassam sobremaneira o valor máximo ganho pelos olericultores é possível compreender a trama que envolve a situação de pobreza a que permanecem submetidos.

Considerações Finais

O atual desenvolvimento capitalista reconhecido pelo fortalecimento do mercado, acumulação desigual e irregular de capital, veloz avanço tecnológico, precarização do trabalho, competição e individualismo exagerado, notadamente organizado pela ideologia e prática do Estado mínimo vem produzindo, entre a classe trabalhadora e suas franjas, o aumento da pobreza e da fome, negação de direitos humanos e sociais básicos, aliadas à sede de democracia. Esse é o cenário da modernidade, marcado por mudanças drásticas na organização social e econômica da sociedade atual, nas esferas do trabalho e da sociabilidade tanto nos âmbitos urbanos quanto rurais.

É nesse ambiente societal que sobrevivem os olericultores familiares de Miracema do Tocantins, Lajeado e Tocantínia, travando relações de não reconhecimento da sua identidade de trabalhador produtivo da agricultura e ser social agentes de desenvolvimento, diante de pesadas conquistas que precisam fazer para superar a difícil condição de pobreza que permeia a sua realidade social muito distante da vivência de autonomia e cidadania.

Apreendidos pela lente do estudo socioeconômico e produtivo da sua realidade social, construída na relação entre o trabalho e o poder público da sociabilidade burguesa, os olericultores familiares da região de Miracema expressam situações peculiares que merecem ser pontuadas neste item conclusivo.

Apoiados apenas pelo saber popular e de experiência, aqueles produzidos nas vivências nas relações culturais e sociais tradicionalmente repassadas no âmbito restrito da família e comunidade, esses olericultores encontram-se sem o devido acesso às mais significativas instâncias do desenvolvimento capitalista: o Estado e o mercado. Essa condição de isolamento das instâncias de desenvolvimento social e das forças produtivas, enquanto principais recursos materiais de sua consolidação como ser social que os coloca em situação de vulnerabilidade social e, conseqüente, obrigatoriedade a fazerem a inclusão socioprodutiva, estratégia de políticas públicas de engajamento nos processos de desenvolvimento e cidadania. No caso desses olericultores, trata-se do engajamento nas políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Agricultores sem escolaridade suficiente para dominar a linguagem e a interpretação do mundo em que vivem, nem atender as exigências burocráticas do Estado e do mercado; sem meios de trabalho adequados e conhecimento técnico específico para fazer a produção da sua mercadoria de sobrevivência; sem infraestrutura de fortalecimento da produtividade e sem espaço no mercado das hortaliças. Perante os marcos legais das políticas públicas, esses olericultores tornam-se

sujeitos de direito à educação, formação, capacitação, fomento de crédito, assistência técnica e apoio logístico ao seu processo produtivo. Direitos a serem repassados pelo Estado, através das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e que podem ser feitos através da inclusão socioprodutiva, estratégia de política pública voltada especificamente aos trabalhadores em situação de pobreza com vistas a conquista da cidadania, em combate a vulnerabilidade social e econômica, redução da desigualdade social em que se encontram esses agricultores, promovendo, ainda o fortalecimento das suas atividades produtivas.

Ancorada na participação popular com controle social, a inclusão socioprodutiva se viabiliza por eixos estratégicos configurados pela articulação, mobilização, formação e capacitação, gestão participativa, serviços sociais e monitoramento e avaliação sistemático e participativo, com ênfase no associativismo e cooperativismo, vetores de fortalecimento de forças sociais, econômicas e culturais, elevação da qualidade de vida, respeito ao meio ambiente, participação ativa e democrática e transformação da realidade social de trabalhadores produtivos com o reconhecimento crítico da classe trabalhadora como classe social que sustenta a dinâmica da sociedade capitalista. Implementada sob a perspectiva dialética e intersetorial, com visão de totalidade das questões que permeiam a realidade social dos olericultores familiares, a inclusão socioprodutiva é uma estratégia pública adequada para despertar a consciência de ser social desses trabalhadores, sujeitos de direitos e construir com eles, de forma intencional e consciente, a direção para o reconhecimento de suas potencialidades de objetivação de uma nova realidade concreta, agora permeada de condições objetivas de autonomia e cidadania, próprias da modernidade que até então desconhecem.

Contudo, chegamos à conclusão de que toda essa defesa da política de inclusão social e produtiva enquanto instrumental do desenvolvimento rural, feita no plano teórico, não alcança ressonância no plano da prática. Atravessada por vários complexos sociais de ordens sociohistóricas, políticoideológicas e culturais, o desenvolvimento dos olericultores familiares está comprometido por uma determinação econômica irrealizável porque depende sobretudo do Estado. E confirmando o que dizem alguns teóricos do desenvolvimento, que sem o investimento institucional não há desenvolvimento e para comprovar essa tese, sabe-se que como forma política do capital, o Estado é compelido a se boicotar diante da necessidade de investir nas políticas de desenvolvimento, quaisquer que sejam essas, haja vista que o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos obedecem as instruções do capitalismo central que define as plataformas adequadas para o desenvolvimento. Isso comprova os fatos mostrados na realidade brasileira, cujas regiões “merecedoras” de políticas de desenvolvimento ainda são o Sul e o Sudeste, que permanecem escoando seus produtos agrícolas e manufaturados para a região norte, abastecendo as grandes feiras e os mercados dessa região enquanto os olericultores permanecem produzindo para consumo próprio e venda precária nas pequenas feiras locais.

E, assim, impedimentos, obstáculos, inconvenientes e contratempos de várias nuances, vindos de várias direções da sociedade foram enfrentados durante a realização das atividades de extensão do “Projeto Inclusão Social e Produtiva no DRS Olericultura Miracema”, de formas a impedir a concretização dos objetivos propostos. A maioria vinda das instituições públicas parceiras, que sempre alegando falta de recursos financeiros para garantir a execução de várias tarefas impedia a realização delas. Nesse contraditório contexto os olericultores de Miracema, localidade do cerrado da Amazônia, ignorantes dos verdadeiros motivos de enfrentarem tantas dificuldades, participaram passivamente das ações do projeto, com baixo entusiasmo e credibilidade no êxito de um processo evitado de negação de direitos e perpetuidade do atraso da região em que vivem.

Referências

BEVILACQUA, H. E. C. R. **Classificação das hortaliças**. Curso Técnico de Agronegócios – Olericultura. Fortaleza, CE: Escola Estadual de Educação Profissional; Governo do Estado do Ceará, [2012]. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/images/APOSTILAS_2012/05_07/olericultura.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em:<<http://>

www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.

COELHO, K. de S. **Perfil do consumidor de hortaliças frescas e processadas nos municípios de Campos dos Goytacazes – RJ**. 2007. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2007.

FAVARETO, Arilson da S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo: Universidade de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 2006 (Tese de Doutorado).

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2ª edição revista. São Paulo: global editora, 1983 (coleção bases, n. 36).

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 03/05/2012.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. _____ . Sociabilidade e individuação. Maceió: EDUFAL, 1995.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. Rev. e ampl., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Panorama Municipal. **MDS**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 22/12/2012.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PIMENTEL, A. A. M. P. **Olericultura no trópico úmido – hortaliças na Amazônia**. São Paulo: Editora Agronômica CERES Ltda., 1985.

PRADO, N. B. do. **Apostila de Olericultura**. Instituto Formação. Curso técnico em agricultura, 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/saulramos779/apostiladeolericulturanadpdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

RAPOSO, B. F. S. (Org.). **Serviço Social Rural**. Rio de Janeiro: Serviço Social Rural, 1960 (Documentos – N. 2).

SALVADOR, M. B. L. **Saber popular e autonomia nos assentamentos rurais**. São Paulo: biblioteca 24horas, 2011.

VILELA, N. J.; HENZ, G. P. Situação atual da participação das hortaliças no agronegócio brasileiro e perspectivas futuras. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v.17, n.1, p.71-89, jan./abr. 2000.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.